

## **ATA DA I REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE APOIO A FORMAÇÃO DOCENTE DO ESTADO DA BAHIA, FORPROF-BA, 2015**

Aos dezoito dias do mês de maio de dois mil e quinze, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Instituto Anísio Teixeira- IAT, foi realizada a I Reunião do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia (Forprof-BA). Estiveram presentes, na reunião ordinária, Nildon Carlos Pitombo, Diretor Geral do IAT/Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) e Vice-presidente do Forprof-BA, Irene Maurício Cazorla (UESC); Denise Santana Janzen, Coordenadora Institucional do Parfor-BA Presencial da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Aurélio José Antunes de Carvalho, Coordenador do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Comfor - Ifbaiano); Alessandra Santos de Assis, Coordenadora Institucional do PIBID da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Julio César Gonçalves Rocha, Técnico do PIBID da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Alda Muniz Pepe, do Conselho Estadual de Educação da Bahia – CEE; Célia Alves Andrade, Representante Titular da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME)/Secretaria de Educação do Município de Jaguaquara; Flávio dos Santos, Coordenação de Educação Superior da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (CODES/SEC); Maria Silva Barbosa, Coordenadora Institucional do Parfor a Distância da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Maridalva Penteado, Coordenadora Institucional do Parfor a Distância da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Elias Lins Guimarães, Pro-Reitor da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Aline Maria Lima, Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Kelly Priscila Vilela, Assessora da Diretoria de Formação e Experimentação Educacional (Dirfe/IAT/SEC); Clarivaldo Santos de Souza, Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Silvana Lima, Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Julio, Universidade Federal da Bahia (UFBA); Jader Albuquerque Coordenador Geral UNEAD, Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Bruno Ferreira dos Santos, Coordenador Institucional do Pibid da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Camila de Souza Figueiredo, Coordenadora Institucional do Pibid da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Edilson Fortuna, Coordenador do Curso de Licenciatura de Química da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Claudionor Silva, Coordenador Institucional do Parfor Presencial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); André Nascimento, Coordenador Institucional do Parfor Presencial da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Ednaldo Ferreira Torres, Coordenador do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Comfor – Univasf); Ariston de Lima Cardoso, Coordenador Institucional do Parfor a Distância da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); Adriana Moreno Costa Silva, Coordenadora Institucional do Parfor a Distância da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); Marcos Cajaíba Mendonça, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (Ifbaiano); João Danilo Oliveira, Coordenador Institucional do Pibid da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); José Augusto Ramos da Luz, Coordenador Institucional do Parfor a Distância da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); Laura Maria Caetano da Silva, Coordenadora Adjunta Parfor Presencial da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Juliana Ortegosa Aggio, Coordenadora do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Ana Lúcia Gomes da Silva, Coordenadora Institucional do PIBID da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Luiz Gustavo Santos da Silva, Coordenador da Coordenação de Formação de Professores (CFP/DIRFE/IAT/SEC), Roselene Rodrigues Almeida Campos, Nádia Maria Gois da Rocha, Camila Santos Rosa e Carla

Maria Marinho de Souza Daumerie Santos, técnicas da Coordenação de Formação de Professores (CFP/DIRFE/IAT/SEC), para tratar da seguinte pauta: 1) Informes; 2) Validação da Ata da V Reunião do Forprof-BA, ano 2014; 3) Retrospectiva e Expectativas Forprof /Parfor-BA 2015; 4) Plano Estadual de Educação da Bahia; 5) Informes Comfoms IPES – UFBA, UFRB, IFBA, IFBaiano e Univasf; 6) Validação das pré-inscrições Parfor Presencial 2015.2; Organização do calendário de atividades Forprof - SBL/PIBID; 7) Sistematização de propostas e encaminhamentos da reunião; 8) O que ocorrer. Como informes, destacaram-se os seguintes: 1) Nomeação do Prof<sup>o</sup> Nildon Pitombo; 2) Disponibilização da versão preliminar do Plano Estadual de Educação no Portal da SEC; 3) Ausência de representantes da CAPES e SEB/MEC por questões referentes à agenda, ausência do Prof<sup>o</sup> Gleydson Tavares (Parfor Presencial - UESC), por conta de questões relacionadas à logística de traslado e ausência da Prof<sup>a</sup> Kátia Lima Ramos, Diretora de Formação e Experimentação Educacional do Instituto Anísio Teixeira – Dirfe/IAT/SEC, por problemas de saúde. Prof<sup>o</sup> Luiz Gustavo deu início à reunião com a apresentação dos informes. Logo em seguida, após saudar os presentes, passou a palavra ao Prof<sup>o</sup> Nildon Pitombo e Prof<sup>a</sup> Irene Cazorla, para condução da mesma. Prof<sup>o</sup> Nildon fez ajustes na pauta da reunião do Forprof acerca da apresentação do Plano Estadual de Educação da Bahia e solicitou à Prof<sup>a</sup> Irene que procedesse com sua explanação no que concerne ao balanço/reflexões Forprof/Parfor-BA, de acordo com a programação do encontro. Prof<sup>a</sup> Irene agradeceu o convite, prosseguiu com um preâmbulo sobre a necessidade do cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sobre o que estabelece o Decreto nº 6.755 e participação da Capes como órgão responsável pelo fomento desta política. Comentou sobre as siglas Ponafor e Ferpadi como representações para a Política Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica e Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia, respectivamente. Comentou, também, sobre o Instituto Anísio Teixeira como sede do Forprof e como potencial para a operacionalização da política de formação de professores no Estado da Bahia; sobre o organograma no qual citou as Instituições que fazem parte do Forprof, as Universidades que já ofertam cursos, as que ainda não ofertam e as que estão situadas em outro Estado, mas ofertam cursos na Bahia. Falou, também, sobre os Programas e a necessidade de articulação dos mesmos com o sistema de ensino, uma vez que a pós-graduação não tem dialogado com a educação básica e isso pode interferir na garantia do direito de aprender do estudante. Prof<sup>a</sup> Irene parabenizou a estrutura do Pibid, no que tange à criação de grupo, regimento, seminários regionais, fatores que contribuem para o fortalecimento do referido Programa, que tem assento no Fórum e participa, frequentemente, dos diálogos. Sugeriu a aproximação do Parfor a Distância junto ao Forprof, uma vez que, como na modalidade presencial, é forte aliado para a potencialização da chegada dos cursos a distância nos municípios que o Parfor Presencial não alcança, devido à articulação junto aos Secretários Municipais de Educação, UNDIME, UNCME, bem como para o acompanhamento da oferta e atendimento à demanda. Registrou que o Ministério da Educação não organiza o calendário para a implementação dos cursos de formação e que deve ser levada em consideração uma proposta junto ao mesmo quanto a sua rotina institucional, conforme modelo do calendário do Parfor Presencial para os cursos de formação inicial/Parfor Presencial. No que se refere ao Parfor Presencial na Bahia, Prof<sup>a</sup> Irene retratou a situação da taxa de evasão alta e que ainda há um número de professores a serem formados até o ano de 2016, prazo estabelecido em uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Comentou também que, de acordo com a Meta 16 do documento supracitado, 50% dos professores devem ter, até 2016, a pós-graduação e que os cursos ProfLetras, ProfMat, ProFis, que possuem oferta nacional, realizado por uma rede de Instituições de Ensino Superior, para professores que atuam na educação básica, podem ser observados. Portanto, a articulação com os sistemas de ensino deve ser realizada na perspectiva de possibilitar a inserção dos professores nos cursos supracitados. Foram propostas, pela mesma, apresentações de cada Instituição de Ensino Superior durante as reuniões do Forprof.

Como seminários em que cada Universidade apresentaria as suas atividades, projetos, programas a fim de retratar o que tem sido feito em prol da formação de professores e, caso necessário, contaria também com a participação de dirigentes municipais. Prof<sup>a</sup> Irene citou, ainda, a Carta de Brasília e ratificou a necessidade de se fazer um censo nacional de formação de professores para subsidiar uma revisão de oferta de cursos, após comentar sobre dados subnotificados que obteve durante visita realizada em Camamu, Bahia. Registrou que, até a presente data, não tínhamos informações acerca dos cursos ofertados pelas Instituições de Ensino Superior e destacou a necessidade de sabermos quais são os cursos que estão sendo implementados no ano corrente, uma vez que houve planejamento de oferta junto ao MEC (SEB/SECADI). Prof<sup>a</sup> Irene comentou sobre os programas estruturantes da Secretaria Estadual de Educação, onde destacou que a Bahia foi pioneira com o Programa Pacto pelo Ensino Médio devido à articulação entre redes de ensino e IES bem como enfatizou a importância do diálogo entre os cursos e o sistema de ensino, já que o professor deve ser valorizado, pois vivencia, conhece a realidade da escola, ponto fundamental para pensar o avanço das políticas públicas. Por ela, foram lançadas reflexões sobre a postura do Fórum no sentido de assegurar que o Plano Nacional de Educação, o Plano Estratégico, as linhas de financiamento cheguem às unidades escolares e garantam às crianças o direito de aprender; sobre a articulação entre os entes federados (relação elaboração de plano pelos municípios X diálogo com o plano de formação de professores). Salientou ser importante que se tenha o conhecimento da real demanda de formação, que seja realizada a partir disso, a articulação com as Universidades para a oferta de cursos e acompanhamento da sua implementação (processo de reconhecimento). Destacou, mais uma vez, o papel do Forprof e sugeriu a observância dos Fóruns de outros Estados (Pará e Piauí, por exemplo) que trazem elaboração de material de pesquisa, outros formatos de reuniões com o intuito de aprimorar as ações em prol do bom funcionamento das suas atribuições e alcance de seus objetivos na Bahia. Sinalizou, também, que os coordenadores do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica das Instituições de Nível Superior devem coordenar todos os programas e, atualmente, só estão atuando na Formação Continuada. Deve ser analisada a concepção dos cursos de licenciatura bem como repensar a formação de professores da Educação Básica, a grade/programação dos professores em sala de aula. Logo após a explanação da Prof<sup>a</sup> Irene, Prof<sup>o</sup> Nildon deu continuidade à programação da reunião trazendo, também para a discussão, o Plano Estadual de Educação da Bahia e a Carta de Brasília. Comentou que o Fórum Estadual de Educação (FEE) foi implantado em novembro de 2011 e que todas as Instituições Públicas de Ensino Superior partícipes do Consórcio estão presentes. Informou que a Anfope, a Academia Bahiana de Ciências, as Reitorias, o Fórum de Educação do Campo, Educação Indígena e Ministério Público, com questões de defesa do direito de aprender de todos, também participam com frequência dos encontros. Prof<sup>o</sup> Nildon destacou que algumas metas contidas no plano que se relacionam com o fazer, o objetivo principal do Forprof-BA, dentre elas as Metas 15 e 16. **Meta 15:** *garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado, o e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PEE, política estadual de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.* **15.6** *criar um banco de dados referente a necessidade de formação de professores por nível de ensino, etapas e modalidades da Educação, até o fim do segundo ano de vigência deste PEE;* **15.7**

*reprogramar e garantir em regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, as ações do Plano Estratégico de Formação de Profissionais do Magistério da Rede Pública de Educação Básica, de modo que garanta a formação em licenciatura à todos os professores até o quinto ano (5º) de vigência deste PEE;* **15.8** *fomentar e apoiar as IES na criação e consolidação dos Fóruns de Licenciatura e Comitês Gestores de Formação inicial e continuada de professores, devendo cada IES*

até o fim do primeiro ano de vigência deste PEE, instituir um Projeto Institucional de Formação de Professores, para orientar os Projetos de Cursos de Graduação, formação continuada e Pós-Graduação na área. Em relação à Meta 15, Prof<sup>o</sup> Nildon destacou a necessidade de criação do Sistema Nacional de Educação, de instituir e acompanhar o Censo do Professor devido à necessidade de qualificar o banco de dados, redirecionar estratégias. **Meta 16:** formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. **16.1** realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada à Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (criado pelo Decreto Federal nº. 6.755 de 29 de janeiro de 2009), tomando-se o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente como núcleo para organizar o citado plano estratégico; **16.2** consolidar política estadual de formação de professores e professoras da educação básica, definindo diretrizes nacionais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas, cuja formalização está sob responsabilidade do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente do Estado da Bahia. Prof<sup>o</sup> Nildon solicitou que os participantes da reunião observassem o texto na íntegra e que sugerissem possíveis alterações até sexta-feira, 22/05, uma vez que dia 25/05 é o prazo estipulado para a entrega da versão finalizada ao Secretário Estadual da Educação enquanto aproveitou a ocasião para enfatizar as possibilidades de articulação entre o Forprof e o Plano Nacional de Educação. Após a intervenção do Prof<sup>o</sup> Nildon, Prof<sup>o</sup> Luiz Gustavo retomou a pauta com o item referente à apresentação da Formação Continuada 2015 pelas IPES, convidando, para exposição, as que se fizeram presentes. Prof<sup>o</sup> André Nascimento registrou que a UEFS já possui comitê gestor institucional e ainda que sem coordenação, solicita representação, discussão LOA, repasse de recursos. Prof<sup>a</sup> Denise Janzen, representando a Prof<sup>a</sup> Silva Leite, que estava ausente do Forprof-BA devido à participação de evento da Passantia no Rio Grande do Sul, iniciou a apresentação da UFBA explicando que houve oferta de cursos catálogo SECADI em 2013, com início das atividades em 2014 e finalização em 2015. Já os do catálogo SEB, ofertados em 2014, alguns foram iniciados neste ano e outros em 2015. São 16 cursos em andamento, no total, os quais 03 são de extensão, 05 de aperfeiçoamento e 08 de especialização. Para a oferta de 2015, existem 10 cursos catálogo SECADI e 04 da SEB e a UFBA aguarda retorno do MEC no que concerne validação e repasse de recursos. Prof<sup>a</sup> Silvana Lima iniciou a exposição dos cursos de Formação Continuada ofertados pela UFRB e enfatizou que muitas das ações da UFRB já foram desdobradas em mestrados profissionais, com abrangência na Bahia e em Pernambuco. A projeção da UFRB da oferta de cursos de formação continuada no ano corrente é de 06 cursos de especialização, 08 de aperfeiçoamento e 04 de extensão. Após a fala da Prof<sup>a</sup> Silvana, Prof<sup>o</sup> Elias manifestou o interesse da UESC em participar dos editais e enfatizou que a situação junto à SECADI deve ser revista a fim de assegurar a participação das estaduais nesse processo, uma vez que a política de formação continuada abrange o Governo Estadual e o Governo Federal. Prof<sup>o</sup> André Nascimento sugere deliberações junto à SEB/SECADI/MEC para que as estaduais também sejam contempladas nos editais. Prof<sup>a</sup> Irene informa que o que vem da União teoricamente para todas as IES, na prática só as Federais recebem; explica que existe impedimento legal de repasse para as Estaduais e enfatiza que o Forprof tem poder para implementação, coordenação, articulação. Sugere mobilização junto aos demais Fóruns de outros Estados a fim de impactar, formar “voz institucional” para atendimento do pleito. Registra, também, que o governo estadual tem política de formação de professores, há programas executados em sua rede e articulados com as Universidades como o Pacto e o Em-Ação. Não há uma linha de financiamento, mas há uma implementação de política de formação universalizante. Deve ser retomado o diálogo com a Capes para obtenção de informações sobre a continuidade do Parfor e das Políticas de Formação. Prof<sup>o</sup> Aurélio José comentou que uma

previsão de oferta de cursos foi feita pelo IFBaiano, mas nem todo recurso foi encaminhado; que existe a proposta de cursos a serem ofertados em parceria com a UFRB (Educação Campo) a partir de demanda apresentada pelo Estado. Prof<sup>a</sup> Silvana registra que, no âmbito do PIBID há duas formas de repasse e que, no momento, não há recursos para realização de acompanhamento nas Unidades Escolares; que muitas vezes a Universidade recorre a processos licitatórios, que as ações estão emperradas e isso tem dificultado o andamento de vários cursos. Informa que não há recursos para hospedagem e alimentação dos estudantes. Prof<sup>o</sup> Nildon Pitombo sugere a delimitação das ações planejadas, já que enfatiza que o planejamento da formação de professores deve ser feito de acordo com os sistemas de Educação Básica. Ressalta que a SEC tem uma matriz de projetos estruturantes e que as diretrizes curriculares das licenciaturas precisam ser ajustadas a partir dos conteúdos essenciais da escola básica. Prof<sup>a</sup> Silvana salienta que a necessidade de cada município e sua estrutura dever ser observada (projetos de letramento x questões da sociedade). Prof<sup>a</sup> Adriana Moreno sugere, então, a mudança da ementa dos cursos de licenciatura para a Educação Básica ao tempo em que o Prof<sup>o</sup> Nildon cita o estatuto do magistério e a necessidade de verificar qual nível de regulação submetido; ressalta a questão da territorialidade e das agências regulares. Prof<sup>o</sup> Ednaldo Tôres relata que a Univasf tem envidado esforços a fim de atender realidades em que está inserida, mesmo as ementas dos cursos seguindo diretrizes do MEC. Prof<sup>o</sup> José Augusto registra que muitos recursos estão ociosos por conta das resistências dos professores; chama a atenção para a importância de práticas educativas nas IPES e para a necessidade de discussão sobre a política de formação de professores que articule com os programas e os departamentos de educação. As perspectivas dos alunos que participam dos programas e vão para escola também devem ser observadas. Prof<sup>a</sup> Alda Pepe sugere uma discussão específica no Forprof em relação às diretrizes para a licenciatura. Ressalta a necessidade de “alfabetizar letrando”, de ser feita a leitura do contexto onde a escola está inserida e que a contribuição do Forprof, em relação ao PNE, é nas estratégias. Prof<sup>o</sup> Elias Guimarães sugere o contato com o relator Luis Fernando Dourado. Prof<sup>o</sup> Claudionor Silva enfatiza que os professores se formam em Pedagogia e assumem aulas no Fundamental II e que, portanto, há sempre a necessidade de formação de professores para os anos iniciais, uma vez que não há professores para atuar em turmas. Informa, também, que os municípios garantem mudança de nível e já que o professor já tem o seu plano de carreira, não tem interesse em uma segunda licenciatura, o que é tendência no interior. Prof<sup>a</sup> Irene sugere repensar a oferta da segunda licenciatura e que se deve estreitar a relação Forprof x Undime x Uncme para a articulação massiva com os municípios, com o intuito também de potencializar o que se tem. Cita que as comissões nos municípios estão elaborando os planos municipais de educação e que não adianta só ofertar, já que a formação deve ser garantida. Encerradas as discussões e debates do turno matutino, às 12h45, retornando às quatorze horas e 10 minutos. Com a palavra, o Prof<sup>o</sup> Luiz Gustavo deu continuidade à reunião, a partir da mostra das planilhas de validação Parfor 2015.2, rede estadual e municipal, por Universidade. Prof<sup>o</sup> Claudionor recomendou repensar a relação oferta x demanda. Prof<sup>o</sup> André Nascimento informou que há possibilidade da UEFS formar turma, caso os professores que realizaram as pré-inscrições na Plataforma Freire e foram autorizadas, procedam com a matrícula junto à Instituição. Ressalta que a interlocução entre os entes federados deve ser analisada; que a articulação política com os municípios deve ser intensificada e, o Plano Estadual de Educação, atualizado de acordo com o PNE. Comenta sobre a necessidade de dados fidedignos em relação à demanda x formação e que um censo de formação docente, tanto da rede municipal quanto da estadual, deve ser encabeçado pelo Instituto Anísio Teixeira. Prof<sup>a</sup> Alda Pepe comenta sobre a importância de averiguar se todos os municípios assumiram Fundamental II; e que a Secretaria Estadual da Educação precisa saber dados sobre a quantidade de professores com formação específica. Logo em seguida, Prof<sup>a</sup> Denise Janzen sugere a revisão

dos critérios de validação e aumento da divulgação de ações junto às Unidades Escolares. Prof<sup>a</sup> Silvana ressalta que as realidades dos municípios são de professores que ensinam em disciplinas que não possuem formação. Prof<sup>a</sup> Irene salienta que deve ser levado em consideração o perfil de professores da rede pública municipal e o perfil dos professores da rede pública estadual; que os que atuam sob Regime Especial de Direito Administrativo e por Prestação de Serviço Temporário já possuem licenciatura e isso é uma condição para a contratação. Enfatiza que o número de professores que atuam no Estado, sem nível superior, é muito pouco. Prof<sup>a</sup> Célia Andrade indica a importância da observância da formatação dos cursos ofertados pelas IES, já que entende que Secretarias Municipais não têm condições de liberar o professor da sala de aula por mais de uma semana; cita a contenção de despesas, deficiência no apoio logístico, embora se tenha demanda EJA, creches. Fala que cursos de pós graduação podem ser analisados para a possibilidade de oferta e aproveita o ensejo para registrar que há atuação ilegal no município de Jaguaquara do Instituto de Educação Superior e que a UFBA e o Conselho Estadual da Educação devem ser acionados. Prof<sup>a</sup> Alda Pepe registra que a Secretaria Estadual da Educação ainda está assumindo Fundamental I e que é imprescindível a negociação com os municípios com representação do IAT/SEC e do Pacto para planejar a programação de disciplinas por região. Fala que é o momento de observar a 2<sup>a</sup> licenciatura (formação específica na área de conhecimento/aproveitamento da grade curricular) e de revisar junto ao MEC o cardápio dos cursos para que o mesmo supra as necessidades reais. Aconselha a criação de uma estrutura de apoio no IAT. Por fim, elencaram-se os seguintes encaminhamentos a serem realizados pelo Forprof-BA: 1) Prof<sup>o</sup> Ednaldo Torres encaminhará, ao Forprof, as propostas das mesas temáticas do SBL bem como data em que o referido evento será realizado e como será feita a sua logística. 2) Prof<sup>o</sup> Nildon encaminhará à Capes/MEC a solicitação feita pelas IES da extensão do prazo pré-estabelecido no calendário para a atuação das mesmas; 3) As Universidades partícipes darão retorno quanto à data de apresentação durante reunião do Forprof de todas as ações realizadas em prol da formação de professores. 4) Necessidade de revisão das datas dos workshops. Prof<sup>o</sup> Nildon utilizou o Observatório do PNE com o intuito de demonstrar o quantitativo de professores com formação em nível superior, mesmo não sendo o observatório uma base de dados confiável por conta da fragilidade do Censo Escolar e, ao finalizar a sua fala, prestou singela homenagem à Prof<sup>a</sup> Irene, que agradeceu a todos os presentes e que, estando na UESC, se colocou à disposição sempre que for necessário. A ata da V Reunião do Forprof – BA, do ano de 2014, foi aprovada e devidamente assinada pelos que fizeram presentes na mesma e, não havendo nada mais a tratar, a I Reunião do Forprof-BA do corrente ano foi encerrada às dezesseis horas e vinte e cinco minutos e eu, Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos, lavrei a presente ata que segue assinada por mim e pelos presentes.

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Adilson Gomes dos Santos	
Adriana Moreno Costa e Silva	
Alda Muniz Pepe	
Alessandra Santos de Assis	
Aline Maria Lima	

Ana Lúcia Gomes da Silva	
André Nascimento	
Ariston de Lima Cardoso	
Aurélio José Antunes de Carvalho	
Bruno Ferreira dos Santos	
Camila de Souza Figueiredo	
Camila Santos Rosa	
Carla Maria Marinho de Souza Daumerie Santos	
Célia Alves Andrade	
Claudionor Silva	
Clarivaldo Santos de Souza	
Denise Santana Janzen	
Elias Lins Guimarães	
Edilson Fortuna	
Ednaldo Ferreira Tôrres	
Flávio	
Irene Maurício Cazorla	
Jader Albuquerque	
João Danilo Oliveira	
José Augusto Ramos da Luz	
Juliana Ortegosa Aggio	
Julio César Gonçalves Rocha	
Kelly Priscila Vilela	
Laura Maria Caetano da Silva	

Luiz Gustavo Santos da Silva	
Marcos Cajaíba Mendonça	
Maridalva Penteadó	
Maria Silvas Barbosa	
Nadia Maria Gois da Rocha	
Nildon Pitombo	
Roselene Rodrigues Almeida Campos	
Silvana Lima	